

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 3

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-079-7

DOI 10.22533/at.ed.797192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA PRÁTICAS EDUCACIONAIS, MÍDIA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

CAPÍTULO 1	1
MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O DELINEAMENTO DESTA TRAJETÓRIA	
Mariane Brito da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7971925011	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE 1988 E 2018: TESSITURAS ANALÍTICAS POLÍTICO-CONSTITUCIONAIS EDUCATIVAS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.7971925012	
CAPÍTULO 3	25
DARWINISMO PEDAGÓGICO	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.7971925013	
CAPÍTULO 4	33
O USO DOS JOGOS INTERDISCIPLINARES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO LÓGICO DE ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
João Augusto Galvão Rosa Costa	
Olga Teixeira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925014	
CAPÍTULO 5	46
INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PESQUISA: MAPA CONCEITUAL, ENDNOTE E ATLAS.TI FORMAS E USOS	
Adriane Matos de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.7971925015	
CAPÍTULO 6	55
ENSINO DA SOCIOLOGIA E JOGOS DIDÁTICOS: SEU EMPREGO COMO ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO	
Elisabete Cristina Cruvello da Silveira	
Natalia Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925016	
CAPÍTULO 7	65
PERSPECTIVAS PARA A VIDA ADULTA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO COTIDIANO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Annie Gomes Redig	
Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro	
Vanessa Cabral da Silva Pinheiro	
Vanêssa Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7971925017	

CAPÍTULO 8	76
ESCOLA: RELATOS DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Amanda Carlou	
DOI 10.22533/at.ed.7971925018	
CAPÍTULO 9	81
ENTRE O FORMAL E O NÃO-FORMAL – ESPAÇOS ONDE A EDUCAÇÃO POPULAR PODE (E DEVE) ATUAR. E, PARA COMEÇAR, PORQUE NÃO JÁ NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?	
Noelia Rodrigues Pereira Rego	
DOI 10.22533/at.ed.7971925019	
CAPÍTULO 10	93
A LINGUAGEM COM AS CRIANÇAS NA ALFABETIZAÇÃO: ENTRE O PROPOSTO E O REAL	
Geisi dos Santos Nicolau	
DOI 10.22533/at.ed.79719250110	
CAPÍTULO 11	104
O ENSINO DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA MILITARES ESTRANGEIROS COMO SEGUNDA LÍNGUA ATRAVÉS DE ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS CULTURAIS	
Janiara de Lima Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.79719250111	
CAPÍTULO 12	119
A CONTRIBUIÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA A MELHOR COMPREENSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFF	
Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio	
Jéssica Cardoso Martins	
Juliana de Oliveira Borges	
DOI 10.22533/at.ed.79719250112	
CAPÍTULO 13	129
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO	
Elisângela Matos Oliveira de Souza	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Nadir Francisca Sant'Anna	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.79719250113	
CAPÍTULO 14	142
TEATRO COMO PRÁTICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Vinícius Borovoy Sant'ana	
DOI 10.22533/at.ed.79719250114	
CAPÍTULO 15	151
FERRAMENTAS DO GEOPROCESSAMENTO NO ENSINO INTERDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA E MATEMÁTICA	
Rosane Vieira da Silva	
Elisandra Hernandez da Fonseca	
Angélica Cirolini	
Alexandre Felipe Bruch	
Suyane Gonçalves Campos	

Fernanda Luz de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.79719250115

CAPÍTULO 16 158

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Carine Silvestrine Sena Lima da Silva

Flavia Melo de Castro

DOI 10.22533/at.ed.79719250116

CAPÍTULO 17 163

POLÍTICAS DE CULTURA E DE COMUNICAÇÃO PARA O AUDIOVISUAL: UM “ESTADO DA ARTE” SOBRE A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Marize Torres Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.79719250117

CAPÍTULO 18 175

O AUDIOVISUAL E A PRODUÇÃO INDEPENDENTE PARA TELEVISÃO NO BRASIL

Natacha Stefanini Canesso

Fábio Almeida Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.79719250118

CAPÍTULO 19 185

LÓGICAS DA MÍDIA / LÓGICAS DOS PROCESSOS SOCIAIS: O RECONHECIMENTO DO TELEJORNALISMO PELOS PENTECOSTAIS

Catiane Rocha Passos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.79719250119

CAPÍTULO 20 197

O CINEMA BRASILEIRO EM SEU PRÓPRIO MERCADO

Filipe Brito Gama

DOI 10.22533/at.ed.79719250120

CAPÍTULO 21 209

DA FÉ MEDIADA AO FIEL MEDIATIZADO: UBIQUIDADE COMUNICACIONAL NAS ROMARIAS DE JUAZEIRO DO NORTE

Ivan Satuf

Cícero Rodrigo Alves Dias

José Everson Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.79719250121

SOBRE O ORGANIZADOR..... 222

O ENSINO DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA MILITARES ESTRANGEIROS COMO SEGUNDA LÍNGUA ATRAVÉS DE ELEMENTOS LINGUÍSTICOS CULTURAIS

Janiara de Lima Medeiros

Mestranda em Educação pela UFF, é Especialista em Psicopedagogia Institucional e em Gestão de Recursos Humanos, Pós-graduada em Gestão EaD e possui MBA Executivo em Marketing. E-mail: jmedeiros@ccpi.com.br. 2º Tenente do Exército Brasileiro, Chefe da Seção de Português é docente nos cursos de Português para militares estrangeiros no Centro de Idiomas do Exército (Cidex) e em outras disciplinas dos cursos do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) para militares das Forças Armadas e Forças Auxiliares do Brasil.

RESUMO: A proposta deste artigo é despertar reflexões para a aplicação de expressões idiomáticas no ensino de língua portuguesa para estrangeiros, reconhecendo que a utilização das expressões idiomáticas exige, além de uma compreensão lexical, também o entendimento cultural a que se objetiva este ensino. Independente do idioma, tais expressões podem corresponder a igual, oposto ou inexistente sentido na língua materna do falante. Considerando que no contexto militar há um vocabulário particular que direciona a expressões específicas, entra-se num universo semântico ainda mais atraente, no qual, além da compreensão vocabular, o discente passa a dialogar no contexto da cultura local e, além disso, da cultura militar brasileira. A inexistência

de materiais didáticos adequados ao ensino de português especificamente para militares estrangeiros e o interesse despertado nos militares através deste recurso com reflexão ao maior aproveitamento na aquisição da nova linguagem são os dois fatores principais que justificam este trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Português para militares estrangeiros. Expressões idiomáticas. Vocabulário militar.

1 | INTRODUÇÃO

Com o aumento da demanda de Oficiais das Nações Amigas (ONA) em missões no Brasil ou em países em que há a necessidade de comunicação em Língua Portuguesa brasileira, há o crescimento do interesse dos países amigos para o envio de seus militares sejam do exército, marinha ou aeronáutica, na busca de comunicação em língua portuguesa. Enfatiza-se o fato de tratarmos aqui da língua portuguesa do Brasil visto que o idioma foi oficialmente instituído em Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Portugal, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe. O idioma nacional se distingue por dialetos e variações linguísticas específicas e, portanto, cabe clarificar que aqui trataremos

do português do Brasil e não do europeu (ou português de Portugal, como muitos intitulam).

É indiscutível que, por conta das relações financeiras e econômicas, além do desenvolvimento acelerado tecnológico, a maior parte da informação no nosso continente é circulada através da língua inglesa. Razão pela qual criou-se a expectativa de que quaisquer profissionais, sejam eles civis ou militares, necessitam da habilidade em inglês como segunda língua para uma melhor colocação ou desenvolvimento de carreira.

Contudo, a partir de 1991, com o surgimento do Mercosul, despertou-se a necessidade de uma terceira língua (considerando a língua materna como a primeira, inglês em segundo e o espanhol a seguir) como exigência curricular para um profissional de destaque: o espanhol.

Nos últimos anos, com a crescente demanda de estrangeiros vindos para o Brasil a fim de atenderem ao trabalho de diferentes segmentos da indústria civil, ocorreu o aumento da procura por professores de português para expatriados. A esse impacto na cadeia de produção acrescenta-se não somente o ensino do idioma, como também a necessidade de ambientação a forma de vida brasileira. Partindo deste ponto, observa-se que o professor deve atuar de forma flexível e com neutralidade quanto as diferentes culturas.

Gusmão (2016, p.15), militar do Exército Brasileiro, docente e mestre em Estudos da Linguagem, em seu livro *O Linguajar verde-oliva*, descreve o início da crescente demanda de estrangeiros militares no Brasil:

No contexto militar brasileiro, a presença de militares estrangeiros é uma constante. O Brasil recebe oficiais e alunos oriundos de diferentes países, tais como cadetes da Academia Militar de West Point (no IME e na AMAN), oficiais dos Estados Unidos, da Argentina, do Chile, do Equador, do Paraguai, do Peru, da República Dominicana, do Uruguai, da Espanha (alunos ou instrutores da ECEME), dentre outros, que passam um período de até dois anos no Brasil, a fim de conhecer melhor o idioma falado e a cultura do país.

Gusmão (2016, p.16), acrescenta quanto a expectativa de futuro em relação a esta progressiva procura:

O Ministério da Defesa e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Itamaraty, firmaram um convênio, em 2010, por meio do qual o Brasil passou a aumentar o número de militares de países da África e da América Latina para fazer treinamento prático ou teórico em território brasileiro. Essa iniciativa institucionalizou a política de estado de formação de militares estrangeiros, comum em países desenvolvidos e com peso na indústria de armas. De 2000 a 2009, o Exército Brasileiro recebeu cerca de 1.100 estrangeiros para realizar cursos militares e, após essa iniciativa da ABC, a tendência é aumentar desse número.

Considerando que o estudo do novo idioma objetiva a interação social através da comunicação, ou seja, por meio da compreensão das mensagens entre o falante e o ouvinte. Sendo assim, tanto a compreensão auditiva quanto a expressão oral são fundamentais não somente na linguagem verbal, como também nos recursos não

verbais da linguagem, tais como a expressão facial, a entonação da voz, a postura e os gestos que também variam de regiões e de países.

É desafiador para o docente que o seu olhar no ensino de português para militares estrangeiros esteja no reconhecimento quanto ao ensino de português não como língua materna, mas como segunda língua para um público já formado profissionalmente e, principalmente com valores e cultura fortemente enraizados. Ou seja, é alfabetizar sem infantilizar. É ensinar a aprender como se dá comunicação contextualizando através do conceito de interdisciplinaridade a realidade multicultural fortemente influenciada pela formação militar das distintas forças armadas.

2 | A ABRAGÊNCIA DO CONHECIMENTO

Quando fala-se de curso de português para estrangeiros, inicialmente se tem a ideia de que o ensino abrangerá os estudos gramaticais tradicionais que incluem desde o básico (fonologia: estuda os sons da fala que abrange desde a pronúncia até a ortografia; morfologia: compreende a estrutura das palavras e suas classes gramaticais; sintaxe: focalizada na disposição das palavras na frase para a transmissão do significado) aos estudos complementares (semântica: analisa o significado da linguagem seja verbal ou não verbal dentro de um determinado contexto; estilística: a elegância na escrita utilizando recursos expressivos que vão desde a poética à retórica).

Tendo em vista que a comunicação profissional e pessoal cotidiana é a finalidade do ensino de português para estrangeiros, torna-se necessária a ambientação linguística nos contextos militar e social.

No que se refere à comunicação para a vida diária, conteúdos fundamentais a serem abordados são dos mais simplórios, tais como: cumprimentos, localização e orientação na cidade, números, profissões, nacionalidades, dias da semana, horas, comidas, bebidas, utensílios de mesa, rotinas, placas de trânsito etc.

Contextualizando de forma interdisciplinar é possível propor atividades em que diálogos são construídos partindo da necessidade imediata do aluno de acordo com o diagnóstico realizado antecipadamente (por exemplo: se o aluno ficará alojado na Organização Militar, não é urgente informação de localização e orientação na cidade, mas horas e fuso horário local, gastronomia, rotinas do aquartelamento, entre outros. Da mesma, se identificado que o militar alugará imóvel, o interessante para ele são conteúdos que girem em torno de locação de imóveis, automóveis e mobiliário. Basta pensarmos no lugar do estrangeiro que chegando a um país completamente diferente do seu, também deverá inserir-se em uma cultura organização distinta da sua. Como bem apontado por Gusmão (2016, p. 16):

(...) ao chegarem ao Brasil, esses estrangeiros encontram não só um idioma e cultura diferentes dos seus, mas, inseridos no ambiente militar, deparam-se também com uma cultura organizacional própria e, portanto, possuidora de símbolos, heróis,

rituais e valores cultuados em âmbito nacional. Insere-se também aí um jargão próprio, cheio de termos técnicos, gírias e particularidades que, inicialmente, dificultam bastante a comunicação entre pares, inclusive, brasileiros recém-ingressados na Força, desconhecedores desses aspectos linguísticos e culturais.

Concordando com Porcher (1996, p.4) “a comunicação em língua estrangeira não se prende só à aprendizagem da língua. Mais que isso, não existe nenhuma objetividade se o ensino não se associa às competências culturais e interculturais”.

Diante desta necessidade real, tornam-se tão importantes a apresentação da linguagem verbal formal quanto a informal utilizadas dentro e fora da caserna, abrangendo o contexto cultural regional e militar.

2.1 Linguagens Formal e Informal

A questão gramatical é trabalhada a partir das construções de comunicação onde, por exemplo, são apresentados os artigos definidos ou indefinidos demonstrando a diferença de sentido em sua aplicação. Por exemplo: vou alugar um imóvel (indefinido) ou vou alugar o imóvel do antigo oficial do meu país que estava em missão aqui (definindo o substantivo). É irrelevante tratar de classes gramaticais de forma especificada visto que não agregará ao estrangeiro, mas do entendimento desta sentença.

Por isso ao tratar de cultura, ressalta-se a relevância de se abordar as diversas culturas correspondentes as diferentes regiões brasileiras. E quanto à cultura militar, tratar do contexto militar no Brasil em suas forças armadas específicas.

Neste aspecto, conteúdos considerados relevantes tratam desde a história, as tradições e a formação da identidade nacional abordando assuntos como o descobrimento do Brasil e sua colonização; a formação étnica do povo brasileiro; a influência do negro e do índio na formação cultural; até conteúdos como sociedade e diversidade tratando de assuntos tais como regionalismo, tradições, formas de expressões culturais, gastronomia, expressões artísticas. Também a cultura contemporânea reveste-se de importância quando apresenta assuntos como a influência da imigração em nosso país além das diversas manifestações da cultura contemporânea na literatura, na música, na arte e em outros movimentos do cotidiano brasileiro.

Faço aqui uma observação quanto aos conteúdos culturais. Os temas culturais propostos são os naturalmente surgidos nas tradições coletivas regionais e não sob o aspecto de produção cultural no que tange a conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos nesta área do conhecimento.

Neste sentido, torna-se oportuno clarificar o significado de cultura e o sentido em que está sendo tratado.

Conforme o dicionário Aurélio (1999, p. 591), “cultura” é definida como “o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma

sociedade”.

O objetivo, portanto é que através da linguagem verbal e não verbal seja acessível o contexto cultural e, reforçando nestas relações textuais, a competência comunicativa através das habilidades de expressões oral e escrita e de compreensões auditiva e leitora não se limitem às estruturas gramaticais por seguir um protocolo linguístico, mas por fazer sentido ao aluno.

A condição de vida existente em determinada sociedade é refletida na língua nativa, vai se transformando através da socialização dos indivíduos e expressa a multiplicidade destas relações no cotidiano. Os padrões culturais definem determinada sociedade pois são estes padrões que mantêm a vitalidade linguística local.

Uma vez que a língua utilizada socialmente específica, define e revela toda a pluralidade desta sociedade. Portanto, insere-se ao ensino de línguas a contextualização social o que inclui conhecimentos históricos, político, geográfico e econômico desta comunidade, o que compreende também a sua identidade e sua diversidade reunidos na mesma cultura.

Desta forma, podemos então perceber que trabalhar cultura no ensino de qualquer idioma, inclusive no seu idioma natal é de fato um trabalho complexo e árduo visto que inclui também valores concretos e abstratos – sob o ponto de vista religioso, entre outras características humanas que foram ou serão adquiridas ao longo da sua vivência e repassadas às próximas gerações.

Na prática, as tradições das regiões brasileiras buscam são trabalhadas interdisciplinarmente e comparativamente à cultura nativa de cada aluno em que, o confronto ou a identificação com as respectivas e distintas culturas são usados como pano de fundo para os conhecimentos práticos entre língua, linguagem e fala.

No que tange a cultura militar brasileira, a relevância consiste em contextualizar a temas como é a organização das Forças Armadas brasileiras; postos e graduações (Marinha, Exército e Aeronáutica); hierarquia e disciplina; datas comemorativas militares, entre outros.

O interessante observado é que uma vez adquirido o vocabulário regional e o militar, ambos passam a ser utilizados nos diversos ambientes em que o aluno – e militar – passa a fazer parte. Esta afirmação é ratificada pela Gusmão em sua pesquisa (2016, p. 28):

(...) um dado curioso é o caso de uma participante que, mesmo tendo dado baixa do EB por ter sido aprovada em concurso público para outro órgão federal, continua a fazer o uso do jargão militar, não só dentro do novo local de trabalho, um lugar onde só trabalham civis, mas também fora dele. Sobre o uso do jargão militar fora do ambiente militar, foram citadas palavras tais como: *bisonho, bizu, cartear, felpa, sanhaço, torar, papirar, rolha, zaralho*, etc (...)

Corroborando neste ponto, incluem-se as expressões idiomáticas tão importantes quanto o vocabulário da caserna visto que, de uso coloquial, o jargão militar e a composição das suas expressões são peculiares ao ambiente castrense e, portanto, de extrema importância para a compreensão e comunicação.

2.2 A Norma Culta e o Linguajar Militar

Estas distinções precisam ocorrer. Por esta razão, durante as aulas, conforme o nível de compreensão linguística e maturidade dos alunos são fundamentais deixar sempre muito claro o que diz a gramática, como é aplicado nos textos militares e como é a linguagem coloquial na vida fora da caserna. Por exemplo: a utilização dos pronomes oblíquos átonos (próclise, mesóclise e ênclise). A questão da maturidade envolve conhecimento de mundo, em especial, o universo militar. Ou seja, a experiência de vida de um cadete é completamente diferente da experiência de um major ou coronel. Conseqüentemente também o seu vocabulário na língua nativa e a compreensão no novo idioma.

Utilizando o exemplo gramatical acima citado: num ambiente informal (independente de estar dentro ou fora do quartel, seja linguagem escrita ou falada) o militar poderá ouvir “-Me ligue, Marcelo”. o aluno traz a compreensão da mensagem como um todo. Num segundo momento este contexto prático é trazido para a compreensão gramatical e surge a dúvida de qual seria o modo correto conforme a norma culta: “ligue-me”, “ligue pra mim”, “me ligue”. Aí sim é possível contextualizar associando a necessidade de, ao escrever textos militares, por serem formais, devem atender ao que prevê a Norma Culta da Língua Portuguesa. E, neste exemplo explicar que não iniciamos a frase com um pronome oblíquo átono.

O detalhamento gramatical é irrelevante, o importante é a compreensão linguística e em seguida o entendimento da aplicação na expressão formal e informal. Por insistência um ótimo aluno continua perguntando ou trazendo exemplos que leu ou ouviu e questiona se em alguma hipótese pode utilizar o pronome antes do verbo. O importante neste ponto é fazer com que o aluno perceba que se a regra diz que não pode começar uma frase com pronome, mas não invalida outros termos do mesmo campo lexical. Logo, poderá dizer sem engano: “Marcelo, ligue-me”. O interessante é que a partir de uma aparente dúvida ou exemplo extraído do contexto do aluno é possível trabalhar a língua culta, utilizada em documentos militares e diferenciá-la do uso no cotidiano. Dependendo do nível de compreensão dos alunos é possível caminhar na construção deste conhecimento e ao diferenciar entre “liga-me” ou “ligue-me” qual das duas frases estariam mais adequadas e evoluir para apresentação de expressões de comando normalmente utilizadas, ou o modo imperativo dos verbos.

A linguagem técnica utilizada no dia a dia da caserna não é foco para militares estrangeiros que compreendem as três forças e conseqüentemente os vocabulários se diferenciam. Dependendo do nível de conhecimento profissional da classe, é recomendável indicar aos alunos os manuais do EB. Retomando sempre que, embora esta linguagem esteja pintada em verde-oliva, as questões gramaticais ou coloquiais são importantes para a compressão e comunicação de acordo com o contexto.

3 | A SELEÇÃO E ADEQUAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Aqui não é o foco recomendar qual é o mais adequado ou menos pertinente material didático pois sua avaliação e seleção depende do perfil traçado pela composição da turma e do curso (com duração de até trinta semanas) ou do estágio (com a duração de nove semanas). É fato que não existem materiais no Brasil pronto para o ensino do idioma português para militares estrangeiros, principalmente que atendam especificamente a nossa demanda e objetivos precisos. Razão pela qual o preparo das aulas é mais detalhado pois além da seleção dos conteúdos, há uma preocupação pedagógica para que as habilidades de compreensão auditiva, expressão oral, compreensão leitora e expressão escrita sejam desenvolvidas adequadamente.

Além das questões complexas do idioma português no que diz respeito aos estudos gramaticais, há de se observar e atentar ao fato da compreensão clara dos objetivos pelos quais os militares necessitam do estudo da língua, bem como suas origens e diagnóstico claro quanto a fluência previa (se existente) no idioma português principalmente nas habilidades de compreensão auditiva e expressão escrita.

Há duas premissas básicas que, embora não sejam diretamente relacionadas à Educação mas aqui se aplicam muito bem: 1) o sucesso do método é seu resultado; 2) a estratégia é escolhida após definido onde se está e onde se quer chegar. Logo, partindo deste pressuposto, é necessário conhecer o que se tem em mãos e o que precisa ser entregue.

O professor é (ou deve ser) um constante pesquisador e, neste sentido, cabe aqui uma inferência filosófica para justificar a metodologia na prática. Outra ponderação é à quanto autoavaliação docente, que constantemente deve avaliar metodologia, conhecimentos técnicos e resultados obtidos. Esta avaliação não deve ser aleatória, mas sim de forma individual e consciente das práticas adotadas e interpretação dos resultados obtidos com base no objetivo do curso ou do estágio.

À dimensão da adoção de materiais ou recursos didáticos incluem-se áudios, vídeos, livros físicos, websites, plataformas de educação a distância, aplicativos, etc e, inclusive, manual de apoio ao professor em que pese diferenciar o ensino do idioma para latinos e asiáticos.

Segundo Piñon (2018), em que referencia Sócrates: “Homem, conhece-te a ti mesmo e conhecerás o universo.”¹ e, não obstante a este pensamento socrático de 400 a.C., já há 2.500 anos temos o maior gênio da estratégia e inteligência militar, Sun Tzu (1994, p. 28):

Se conhecemos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao inimigo, para cada vitória sofreremos uma derrota. Se não nos conhecemos nem ao inimigo, sucumbiremos em todas as batalhas.

¹Artigo “Conhece-te a ti mesmo” de Nélida Piñon ao Jornal do Brasil (Rio de Janeiro), 15/02/206 acessado em 28/03/2018.

Não se trata aqui de um entendimento do ensino como uma batalha e os alunos como inimigos. Por favor! A relação de semelhança entre os pensamentos distintos acima e também em analogia ao proposto neste artigo é partir do princípio que é um fator sine qua non para êxito na missão do docente, que antes de quaisquer passos, ele conheça seu aluno. A pesquisa prévia sobre os alunos é fundamental para que eles também tenham sucesso no processo de aquisição do novo idioma. Portanto, é necessário buscar informações tais como: país de origem (e seus respectivos costumes, hábitos, cultura, região geográfica, clima, fuso horário, idioma, religião, política, economia e moeda, etc), força militar de origem (exército, marinha, aeronáutica), sexo, idade, missão no Brasil posterior ao curso ou estágio, entre outros. Estas informações contribuirão para a melhor seleção de materiais, a construção de conteúdos e direcionamentos, adequação de atividades extraclasse aos horários e ambientação, entre outros.

Na prática nem sempre isso é possível, mas o máximo de informações coletadas facilitará nas questões levantadas nas premissas que acima foram ilustradas pois de posse do reconhecimento de onde se está (ou qual o perfil do material humano a ser trabalhado) e do objetivo claro da missão, é que poderão ser melhor selecionados os recursos e metodologia de ensino. Destaca-se o fato de que assim como o planejamento em educação é flexível, todas as suas variáveis também o são. Ou seja, ao longo da caminhada, novas considerações poderão ser implementadas, readequadas ou substituídas. Todas as ações em prol de atingir os objetivos de forma qualitativa e enriquecedora aos envolvidos. Retomando Gusmão (2016, p. 15):

Em janeiro de 2011, o Departamento de Defesa dos EUA promoveu uma reunião de cúpula com os principais acadêmicos e líderes militares das Américas, intitulada Idioma e Cultura: um imperativo estratégico. No discurso de abertura, o subsecretário da Defesa para a prontidão, Samuel Kleinman, afirmou que competências linguísticas e consciências cultural são uma questão imperativa de “segurança nacional”, “essencial para promover relações internacionais seguras e compreender as ameaças postas por possíveis adversários” (DIÁLOGO, v.21). o General Douglas Fraser, comandante do Comando Sul dos EUA à época, acrescentou ainda que, ao ser capaz de falar outros idiomas e de aplicar o contexto cultural em sua interação, o militar melhora dramaticamente sua comunicação com seus contrapartes.

O Curso de Português para Militares Estrangeiros (CPME) e o Estágio do Idioma Português e Ambientação (EIPA) oferecidos pelo Centro de Idiomas do Exército (CIdEx) têm a duração aproximada de até 34 semanas e 9 semanas, respectivamente. Estas atividades têm como objetivo promover o ensino da Língua Portuguesa para militares estrangeiros, designados para o desempenho funções no Brasil, aplicando as habilidades de compreensão auditiva, compreensão leitora, expressão oral e expressão escrita, com base na gramática da Língua Portuguesa, bem como propiciar uma ambientação à cultura brasileira e ao contexto militar das Forças Armadas do Brasil. Ou seja, docentes focados na missão e como entregarão os militares ao término de cada período estarão avaliando em todas as tarefas e encontros (aulas), dentro ou

fora de sala de aula, como sinalização quanto a manter ou rumo ou replanejar.

4 | DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS ATRAVÉS DO ENSINO DO IDIOMA PORTUGUÊS

Do ponto de vista concreto, conforme já apresentado, as expressões idiomáticas apresentam inegável valor. E sob o olhar da concepção subjetiva, esse assunto agrega conteúdo temático ao desenvolvimento das competências que fazem parte do discurso educacional especialmente depois da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o *Ensino* Médio e dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação.

Uma competência é definida por Perrenoud como: a aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio. (PERRENOUD et al., 2002, p. 19)

Não é o caso de aprofundamento neste assunto, mas cabe a reflexão quanto a tarefa fundamental do professor, portanto, é semear desejos, estimular projetos, consolidar uma arquitetura de valores que sustentem e, sobretudo, fazer com que os alunos saibam articular seus projetos pessoais com a coletividade na qual se inserem, sabendo pedir junto com os outros, sendo, portanto, componentes. (PERRENOUD et al., 2002, p.154).

Desta maneira, partindo do prisma do ensino por competências, espera-se que as competências para comunicar-se, no idioma português, como representante do país de origem no cumprimento de missões diplomáticas e realizar atividades de ensino/instrução ou de cooperação militar em organizações militares brasileiras sejam atingidas pelo militar estrangeiro estudante de português como segunda língua.

4.1 As Transições de Paradigmas Educacionais

Desmistificando o conceito de forma exemplificada de expressão idiomática, citarei alguns exemplos: andar na linha; perder a linha; aos trancos e barrancos; babar ovo; arregaçar as mangas; entre outras. Ou seja, na prática um vocábulo ou uma frase assumem significados diferentes daqueles que as palavras teriam se estivessem isoladas.

A razão pela qual um escritor nativo ou não do idioma ou um falante utilizam as expressões idiomáticas nada mais é que o desejo de enfatizar à mensagem algo que a linguagem tradicional não conseguiria manifestar. Uma expressão idiomática pode reforçar o sentido de uma frase de forma sutil ou reduzir o choque causado pelo impacto de uma mensagem desagradável ao usar de ironia ou bom humor. Contudo

a utilização que o falante faz destas expressões determina o seu grau de domínio e intimidade com a língua.

A adoção de expressões idiomáticas como estratégia de ensino de idiomas transpõe as barreiras do tradicionalismo educacional e militar. Isto porque ainda não existem materiais didáticos adequados, porque não existem educadores e docentes pensando neste viés e porque não se foi pensado sair do pronto para a contextualização de forma pragmática no desenvolvimento das habilidades linguísticas no momento atual. Esta inovação admite a experimentação no processo de mudança de paradigmas da Força, corroborando com a necessidade de adaptação às transformações sociais que incluem as militares.

É importante considerar que a utilização das expressões idiomáticas deve ser avaliada conforme o grau de conhecimento da língua portuguesa dos estrangeiros, sendo inadequado do ponto de vista pedagógico, a sua utilização nos primeiros contatos com o idioma. Por outro, é possível um estudo mais aprofundado do tema como recurso de ensino que pode ser aperfeiçoado num cenário de mudanças paradigmáticas educacionais militares. Neste contexto, afirmam Pereira, F.S. ; Owerney, R.F. (2017, p. 1)

O processo de globalização, aliado ao avanço tecnológico, tem promovido a intensificação do capitalismo e a conseqüente divisão social e técnica do trabalho. Com o mercado de trabalho cada vez mais organizado e especializado, toda a sociedade tem sido obrigada a reestruturar-se, de tal maneira que estamos diante de profundas transformações. O Exército Brasileiro (EB), sintonizado com as novas conjunturas, percebeu a inadiável necessidade de promover um processo de atualização no seu Sistema de Ensino. Essencialmente, as modificações visam aperfeiçoá-lo, para permitir-lhe fazer frente aos desafios do futuro, admitindo experimentar transições de paradigmas educacionais.

Oportunamente proponho aqui uma breve reflexão comparativa dos modelos tradicionais, modernos e pós-modernos de pesquisa e, dentro desta linha de pensamento, por analogia, identificar o ensino tradicional dentro da realidade castrense como sendo o senso comum militar no qual o modo de pensar da maioria dos militares é normalmente admitido, o que força a aquisição do conhecimento a partir das vivências em suas missões sejam em campo ou diplomáticas. Em outras palavras: o distanciamento do ensino tradicional em defesa da manutenção dos tradicionais livros e metodologias didáticos. Também por analogia faz-se à inclusão das expressões idiomáticas no contexto do ensino militar como uma ruptura de paradigmas no qual a comunicação existente no senso comum (enquanto objeto) é analisada pedagogicamente (ou seja, possui embasamento científico) além de ir ao encontro dos objetivos propostos e, portanto, não adotada indiscriminadamente.

Pensando no posicionamento do filósofo francês Gaston Bachelard, considerado pai da epistemologia moderna, quanto a conhecimento comum e conhecimento científico, em que defende o conhecimento científico como ciência superior ao do senso comum, reforçando a relevância superior do ensino através dos conceitos científicos

analisados, testados e estabelecidos. Segundo Bachelard, a verdade absoluta inexistente pois as verdades se constroem através da história. Com este seu conceito pode-se dizer que Bachelard não condena o senso comum (em nossa reflexão análoga seria a manutenção do ensino militar com conteúdos e estratégias tradicionais), mas que elementos do senso comum passam a ser verdadeiros após resultados científicos sejam no campo das ciências exatas ou humanas. Portanto, há que se indagar quanto a manutenção ou não da utilização do senso comum (que visa o tradicionalismo conceitual), se o Pai da Epistemologia Moderna o contrapõe em defesa de que as ciências se desenvolvem a partir da desconfiança da tradição, desta manutenção histórica. Razão pela qual a afirmação quanto ao conceito de verdade provisória e a ideia de que a descontinuidade das verdades devem ocorrer para oportunizar um novo saber. Segundo Bachelard (1972, p. 48):

O progresso científico manifesta sempre uma ruptura, perpétuas rupturas, entre conhecimento comum e o conhecimento científico, desde que se aborde uma ciência evoluída, uma ciência que, pelo fato mesmo de suas rupturas, traga a marca da modernidade.

Uma vez que o objetivo do ensino de português para militares estrangeiros inclui a sua ambientação local, é necessário superar os preestabelecidos manuais e buscar da cultura local os elementos comunicativos no desenvolvimento das habilidades linguísticas. Contudo, a inclusão destes elementos culturais não devem ocorrer de forma indiscriminada, mas justificada e com finalidade. Na busca de compreender até que ponto se justificam os embasamentos científicos para adotar as expressões idiomáticas ao ensino e público já apresentados ou a manutenção do senso comum militar em que preconiza-se a manutenção do léxico da caserna em razão do tradicionalismo, é interessante conhecer o que traz Boaventura a respeito deste preceito.

Para melhor entendimento, vejamos o significado de senso comum conforme o site www.significados.com:

Senso comum é o modo de pensar da maioria das pessoas, são noções comumente admitidas pelos indivíduos. Significa o conhecimento adquirido pelo homem partir de experiências, vivências e observações do mundo. O senso comum se caracteriza por conhecimentos empíricos acumulados ao longo da vida e passados de geração em geração.

Logo, contrapondo Bachelard, trinta e seis anos depois da sua obra, é publicado o livro *Introdução a uma ciência pós-moderna* por Boaventura de Sousa Santos, professor catedrático que desenvolve suas pesquisas em defesa da pós-modernidade afirmando a aproximação e a existência de diálogo entre senso comum e a ciência, contrariando e criticando os apontamentos de Bachelard. Boaventura afirma que “um paradigma que avança pela especialização e pela profissionalização do conhecimento, com que gera uma nova simbiose entre saber e poder, onde não cabem os leigos (...)” deixando claro seu entendimento quanto ao caráter excludente do conhecimento científico contra o do senso comum.

Os contrastes teóricos entre especialistas linguistas, educadores modernos ou

pós-modernos e militares de carreira afloram na discussão sobre o ensino da gramática ou da comunicabilidade. A percepção destas ideias contrárias inicia-se na adoção de métodos tradicionais no ensino de idioma estrangeiro para o brasileiro nativo que estuda na terra natal, quando a situação do estrangeiro estudante de português como segunda língua remete a outro cenário, circunstâncias e necessidades.

Soma-se como objetivo do ensino, o conhecimento da cultura militar brasileira que, por trazer a imagem do simbólico e sua tradição, margeia a contrariedade à inovação. É oportuno utilizar espaços reflexivos em prol de uma quebra de paradigma como primeiro passo rumo à formação intelectualizada e não somente na herança acumulada pelo senso comum. Muito embora o senso comum utilize as expressões idiomáticas no próprio contexto militar, a tradição discorda da sua utilização em ambientes formais de aprendizagem.

Neste momento peço permissão para compartilhar um fato a fim de exemplificar este cenário: em uma turma de estrangeiros asiáticos iniciando no conhecimento nível básico para intermediário, utilizei a técnica do jogo trava-línguas como estratégia para facilitar a pronúncia. Exemplo: O rato roeu a roupa do rei de Roma. A técnica foi inadmitida por, pelo ponto de vista tradicional militar, infantilizar o ensino para oficiais estrangeiros. Contudo, respaldada pelo conhecimento científico, o procedimento foi utilizado com base na figura de linguagem identificada como aliteração (repetição de fonemas idênticos ou semelhantes no início de palavras de um verso ou uma frase.), reconhecida na gramática como no campo da estilística do som e muito presente nas construções poéticas. Conforme Bechara (2004, p. 179), “A Estilística é a parte dos estudos da linguagem que se preocupa como o estilo”. O embasamento científico, a metodologia ou as justificativas não caberiam naquele momento. Mas sim o fato do retorno teórico à percepção alicerçada na combinação de impressões passadas e presentes. Numa turma seguinte o mesmo exercício através do jogo verbal trava-língua foi inserido e muito bem apreciado pelos docentes e discentes atuantes no curso com mesmos princípios e perfil.

Seja pela continuidade do senso comum ou descontinuidade de um conhecimento científico anterior, o que seriam das grandes descobertas se não ocorressem os cortes epistemológicos? Através da quebra de paradigma no Séc XVII que Galileu Galilei revolucionou a ciência moderna comprovando a descoberta de outros planetas e satélites consequentemente trazendo confronto entre heliocentrismo x geocentrismo. Ou na desconfiança da verdade com que Charles Darwin, já no séc XIX, derrubou com a lei do uso e desuso de Lamarck trazendo à luz a teoria da seleção natural. Ou na crença de verdade provisória que, por englobamento, *Einstein* e *Newton* criam a teoria da gravidade. E assim a história evolui ou, cantando Lulu Santos: “Assim caminha a humanidade.”²

Conforme Pereira, F.S. e Owerney, R.F. (2017, p. 9)

³ Música composta por Luiz Pragana e cantada por Lulu Santos, do álbum “Assim caminha a humanidade”, ano 1994.

O fluxo imenso de informações disponíveis em tempo real impele o cidadão do século XXI a desenvolver habilidades, conhecimentos e atributos especiais para atuar produtivamente nessa realidade. Por outro lado, as organizações terão de ser mais abertas e flexíveis para serem efetivas, a fim de continuarem a ser o fundamento básico da estabilidade, nessa era de rápidas mudanças. Nesse escopo, o EB, por se tratar de uma instituição em contato com a realidade e com os anseios da sociedade brasileira, não pode desconhecer as características peculiares do mundo globalizado. Do mesmo modo, não pode desconhecer o estado da arte das atividades militares, as grandes correntes de pensamento político internacional e tampouco as questões envolvidas no debate sobre o poder em nível internacional.

Poderíamos fluir na discussão epistemológica acerca dos discursos da verdade e abordar quanto a positividade do erro que induz a inovação, mas este é objeto de um novo estudo. O que desejo esclarecer aqui é a oportunidade de englobar os conceitos de Bachelard e de Boaventura considerando a riqueza cultural através do senso comum que desperta, dentro da necessidade global de evolução, a ciência comprova metodologicamente os resultados defendidos pelo senso comum (ou não).

Por exemplo: o senso comum diz que vitamina de manga com leite pode matar. Hoje sabemos que não há comprovação científica. Esta “verdade” foi construída sobre a base histórica do período colonial.

A defesa do pensamento é resumido nas palavras de Gramsci sobre o bom senso sendo o núcleo sadio do senso comum: Este é o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. (GRAMSCI, 1978, p. 160). Englobando os pensamentos conservador e inovador, a utilização das expressões idiomáticas aplicadas no ensino de português do Brasil (língua e cultura) para militares estrangeiros é, contudo, preservando os regulamentos preestabelecidos e adotando uma percepção linguística contemporânea à linguagem verde-oliva.

5 | CONCLUSÃO

Diante de todo o cenário apresentado, enquanto militar, professora de língua portuguesa e educadora, compartilho a problemática da desconfiança do senso comum ao mitificar a possibilidade de ensino de português através de expressões idiomáticas, pois na medida em que este pensamento é desconstruído, o raciocínio e as associações são construídas pragmaticamente partindo das partes para o todo.

É prudente considerar que a utilização do senso comum (do ponto de vista das expressões idiomáticas como recurso) para descontinuar o conhecimento tradicional, em que, ao concordar que há contradições, há também a positividade do erro através da inovação ao romper com o que já é aceito pela comunidade científica e padrões militares no que entende-se em formação tradicional.

Considerando que a identidade de uma nação é manifestada através da sua língua e da sua cultura sendo a comunicação através do idioma local a parte de primeiro impacto, mais visível e perceptível devido ao contato imediato entre os indivíduos. Já

a cultura é uma comunicação expressa já enraizada e por isso menos acessível. Ou melhor, é mais impregnada por caracterizar não só o indivíduo, mas um grupo social.

Não é possível desassociar o ensino do idioma português como segunda língua ao ensino da cultura brasileira e militar do Brasil pois os conhecimentos linguísticos, também empíricos, apresentam de forma contextualizada a sua razão de uso imediato dentro ou fora da sala de aula.

Não por fim, mas para saudar o pontapé inicial deste artigo, desejo agradecer ao Coronel Júlio César, atual Chefe de Gabinete do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), pela credibilidade profissional e contribuição com suas incisivas provocações no que tange ao ensino do idioma Português para militares estrangeiros. Durante esse período (2016-2017), enquanto atuou na função de Subcomandante do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), organização militar a que o Centro de Idiomas do Exército (CidEx) estava subordinado administrativamente, fez toda a diferença o seu incentivo nas atividades militares, pedagógicas, de pesquisas e para produções acadêmicas, culminando na expectativa atingida com o Mestrado Acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALTET, M., PAQUAY, L. e PERRENOUD, Ph. **A profissionalização dos formadores de professores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

BACHELARD, Gaston. Conhecimento comum e conhecimento científico. **Tempo Brasileiro**. São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan-mar 1972.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BRASIL. **Lei 9.394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Portaria nº 110** – EME, de 12 JUN 13, que dispõe sobre a Diretriz Reguladora das Atividades de Ensino para Militares das Nações Amigas no Exército Brasileiro e revoga a Portaria no 225, de 13 de dezembro de 2006, do Estado-Maior do Exército.

_____. **Portaria nº 253** – EME, de 30 DEZ 13, que cria o Curso de Português para Militares Estrangeiros.

DICIONÁRIO de significados online 2018. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/senso-comum/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

GARCIA, L. A. M. G. **Competências e habilidades: você sabe lidar com isso? Educação e Ciência On-line**. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://uvnt.universidadevirtual.br/ciencias/002.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

GUSMÃO, Célia Rodrigues. **O Linguajar verde-oliva**. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PEREIRA, F. S. ; OWERNEY, R. F. O sistema de ensino do Exército Brasileiro e suas transformações para o século XXI. In: **CUNHA, K.M.R; RAMOS, L.F.S. Educação Inclusiva: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: CEP/FDC, 2017. 237-260

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIÑON, Nélida. Conhece-te a ti mesmo. **Jornal do Brasil**. 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/conhece-te-ti-mesmo>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PORCHER, Louis. **Cultures... culture. Le Français dans le monde – Recherches et applications**. Paris: Hachette EDICEF, Janvier 1996, numéro spécial.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

TZU, Sun. **A arte da Guerra**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-079-7

